

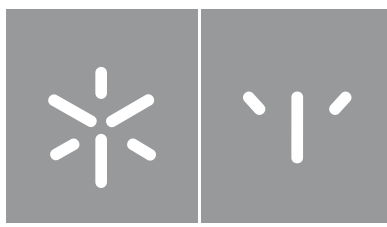


Universidade do Minho
Escola de Psicologia

Catarina Marques
O Papel da Regulação Emocional na Relação entre
Experiências Adversas na Infância e Crime

Catarina Andreia Novais Marques

O Papel da Regulação Emocional na Relação
entre Experiências Adversas na Infância e
Crime



Universidade do Minho
Escola de Psicologia

Catarina Andreia Novais Marques

**O Papel da Regulação Emocional na Relação
entre Experiências Adversas na Infância e
Crime**

Dissertação de Mestrado
Mestrado em Psicologia Aplicada

Trabalho efetuado sob a orientação da
Professora Doutora Ângela Maia
e da
Doutora Ana Rita Cruz

DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIROS

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos.

Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença abaixo indicada.

Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do RepositóriUM da Universidade do Minho.

Licença concedida aos utilizadores deste trabalho



Atribuição-NãoComercial-SemDerivações

CC BY-NC-ND

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

Agradecimentos

Primeiramente, queria agradecer à minha família. À minha mãe, pela motivação, apoio e incentivo dados e por não me deixar desistir. Ao meu irmão, por todo carinho e paciência. Mas especialmente ao meu pai, que apesar de não ter conseguido ver-me chegar ao fim deste percurso, transmitia-me uma sensação de serenidade quando eu mais precisava.

Um agradecimento especial à Professora Doutora Ângela Maia, pela orientação, incentivo e conhecimento transmitido ao longo deste percurso. À Doutora Ana Rita Cruz, pela ajuda e acompanhamento.

Aos Serviços Prisionais que me acolheram, pela sua disponibilidade e compreensão, assim como aos reclusos que aceitaram colaborar.

Agradeço também aos membros integrantes da unidade de investigação “Experiências Adversas e Traumáticas”, por todo o apoio e ajuda.

À Universidade do Minho, pelos desafios que me disponibilizou, e aos professores pela qualidade de ensino.

Queria agradecer também a quem me fez sorrir na altura em que eu mais precisei, Ana Rita Freitas, Ana Rita Pinto, Inês Carvalho e Sara Gonçalves.

Por último, a todas as outras pessoas que me apoiaram no percorrer destes 2 anos, que mesmo não tendo sido mencionadas, contribuíram para que eu conseguisse alcançar este objetivo.

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho académico e confirmo que não recorri à prática de plágio nem a qualquer forma de utilização indevida ou falsificação de informações ou resultados em nenhuma das etapas conducente à sua elaboração.

Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

Braga, 04/06/2020

Catarina Andreia Novais Marques

O Papel da Regulação Emocional na Relação entre Experiências Adversas na Infância e Crime

Resumo

As experiências adversas na infância têm sido associadas ao envolvimento em comportamentos criminosos na adolescência e idade adulta. Um mecanismo que pode explicar esta relação é a regulação emocional, sendo que dificuldades na regulação emocional podem decorrer do experienciar de adversidade na infância, estando ainda associadas a uma maior propensão para a agressão e violência. Utilizando um Questionário de História de Adversidade na Infância, a Escala de Dificuldades de Regulação Emocional e um Questionário de autorrelato para medir a delinquência e o crime, este estudo teve como objetivo perceber o papel da regulação emocional na relação entre experiências adversas na infância e crime. Os resultados revelaram uma relação entre as variáveis em estudo, porém a dificuldade na regulação emocional não teve um papel mediador na relação entre adversidade e crime. Este estudo alerta para a necessidade de intervenção o mais precocemente possível em crianças que sofreram adversidade e para a exploração de diferentes mecanismos que podem explicar estes resultados.

Palavras-chave: Experiências Adversas na Infância, Comportamento Criminoso, Dificuldade na Regulação Emocional

The Role of Emotional Regulation in The Relationship Between Adverse Childhood Experiences and Crime

Abstract

Adverse childhood experiences have been associated with involvement in criminal behavior later in life. One mechanism that can explain this relationship is emotional regulation. Difficulties in emotional regulation are related to experiencing adversity in childhood and are also associated with a higher propensity for aggression and violence. Using the Adverse Childhood Experiences Questionnaire, the Emotional Regulation Difficulty Scale, and a Self-report Questionnaire to measure delinquency and crime, this study aimed to understand the role of emotional regulation in the relationship between adverse experiences in childhood and crime. The results revealed a connection between the variables under study, nevertheless, the difficulty in emotional regulation did not play a mediating role in the relationship between adversity and crime. This study warned of the need for intervention at the earliest possible stage in children who had suffered adversity and the exploitation of different mechanisms that can explain these results.

Keywords: Adverse Childhood Experiences, Criminal Behavior, Difficulty in Emotional Regulation

Índice

O Papel da Regulação Emocional na Relação entre Experiências Adversas na Infância e Crime.....	8
Metodologia.....	12
Participantes	12
Instrumentos	13
Procedimentos	14
Análise de dados	14
Resultados	15
Discussão.....	24
Referências	28
Anexo.....	33

Índice de Tabelas

Tabela 1. <i>Descrição Sociodemográfica dos Participantes</i>	12
Tabela 2. <i>Prevalência de Experiências Adversas e Comportamento Criminoso</i>	15
Tabela 3. <i>Testes Qui-quadrado: Diferenças nas Prevalências das Categorias do ACE em Comparação com Amostra da Comunidade</i>	17
Tabela 4. <i>Testes Qui-quadrado: Diferenças nas Prevalências das Categorias do ACE em Comparação com Ofensores Jovens</i>	18
Tabela 5. <i>Teste t para 1 amostra: Diferenças na Dificuldade na Regulação Emocional em Comparação com Amostra da Comunidade</i>	19
Tabela 6. <i>Teste t para 1 amostra: Diferenças na Dificuldades na Regulação Emocional em Comparação com Outros Ofensores</i>	20
Tabela 7. <i>Coeficiente de Correlação de Spearman e Ponto-Bisserial</i>	21
Tabela 8. <i>Regressões Lineares Simples tendo como Variável Dependente o Comportamento Criminoso</i>	22
Tabela 9. <i>Regressão Linear Simples tendo como Variável Dependente a Dificuldade na Regulação Emocional</i>	22

Índice de Figuras

Figura 1. <i>Modelo de Mediação da Dificuldade na Regulação Emocional como Variável Mediadora na Relação entre as Experiências Adversas na Infância e Comportamento Criminoso</i>	23
---	----

O Papel da Regulação Emocional na Relação entre Experiências Adversas na Infância e Crime

As experiências adversas na infância apresentam um forte impacto a nível social e individual. Num estudo realizado a nível mundial estimou-se que 38.8% da população teria sofrido alguma Experiência Adversa na Infância (EAI), sendo que destes, 59.3 a 66.2% teriam sofrido adversidades múltiplas, com uma média de adversidades de 2.5 a 2.9% (Kessler et al., 2010). A experiência mais comum relatada neste estudo foi a morte de um progenitor (11.0-14.8%), seguida de abuso físico (5.3 - 10.8%), violência familiar (4.2 - 7.8%) e doença mental dos pais (5.3 - 6.7%) (Kessler et al., 2010).

Segundo Boullier & Blair (2018), EAI são situações potencialmente traumáticas que podem ter efeitos negativos duradouros sobre a saúde e bem-estar. Estas situações, que ocorrem antes dos 18 anos, incluem negligência, abuso e um ambiente familiar prejudicial ao desenvolvimento. O abuso pode ser físico, emocional e sexual. A negligência pode ser física e emocional. Já os acontecimentos que caracterizam um ambiente familiar instável incluem violência doméstica, morte de um progenitor, abuso de substâncias por um familiar próximo, doença mental, separação dos pais ou um membro da família ter sido preso (Felitti et al., 1998; Center for Disease Control and Prevention, 2019).

A literatura tem vindo a demonstrar a existência de uma associação entre experiências adversas na infância e crime (Baglivio & Epps, 2015; Basto-Pereira, Miranda, Ribeiro, & Maia, 2016; Cuadra, Jaffe, Thomas, & DiLillo, 2014; Fox, Perez, Cass, Baglivio, & Epps, 2015; Widom & Ames, 1994), sendo que os ofensores são mais propensos a apresentar taxas mais elevadas de experiências adversas na infância (Baglivio & Epps, 2015; Basto-Pereira et al., 2016) do que membros da comunidade. Em 2018, houve 333 223 participações criminais, das quais 13 981 participações foram relativas à criminalidade violenta (Sistema de Segurança Interna [SSI], 2018). Esta criminalidade pode ser entendida como qualquer crime em que se faça uso da violência física e/ou psicológica e que cause um forte sentimento de insegurança (Sistema de Segurança Interna [SSI], 2018).

Baglivio & Epps (2015) verificaram que uma amostra de 64.329 jovens ofensores da Florida apresentava índices mais elevados de experiências adversas na infância que a amostra de referência usada no *ACE Study*, que estudou cerca de 8 mil americanos (Dong et al., 2004). No mesmo sentido, um estudo conduzido por Craig, Piquero, Farrington, & Ttofi (2017), indicou que 75% dos ofensores sofreram pelo menos uma adversidade na infância, sendo que à medida que o número de adversidades aumentava, o número de condenações ao longo da vida tendia também a aumentar. Já numa amostra de ofensores chineses, 68.3% dos participantes relataram ter sofrido negligência física, 59.2% negligência emocional, 32.1% abuso sexual, 27.5% abuso emocional e 26.2% abuso físico. Para além disso, 43.7% dos participantes relataram ter sofrido duas ou três experiências de abuso e/ou negligência (Zhang &

Zheng, 2018). Fox et al. (2015), numa tentativa de identificar preditores de comportamento violento, realizaram um estudo onde compararam ofensores “*Serious, Violent and Chronic*” (SVC) com ofensores que nunca tinham cometido crimes violentos (OD). Os ofensores SVC apresentaram uma maior prevalência de experiências adversas na infância, relatando quase o dobro da prevalência do que o grupo OD nas categorias: membro da família na prisão, abuso emocional, abuso físico, abuso de substâncias na família, doença mental na família, presenciar violência doméstica, negligência física e negligência emocional. A adversidade menos relatada por ambos os grupos foi o abuso sexual, com uma prevalência de 8.8% nos ofensores SVC e de 8% nos OD. Os autores verificaram ainda que, por cada EAI o risco de vir a cometer crimes graves, violentos e de forma crônica aumentava, sendo que as experiências adversas que melhor explicavam tornar-se ofensores SVC foram um membro da família ter sido preso e o abuso físico. Em Portugal, num grupo de jovens delinquentes, a prevalência de abuso físico relatada foi 31.9%, de abuso sexual foi 43.5%, de separação ou divórcio parental foi 23.2% e membros do agregado familiar terem sido presos foi 27.5% (Basto-Pereira et al., 2016). Atendendo aos limites metodológicos destes estudos transversais, e da hipótese de os ofensores terem tendência a sobre relatar adversidade na infância, a mesma equipa realizou uma meta-análise de estudos longitudinais que tinha como objetivo verificar como os maus-tratos se relacionavam com comportamentos delinquentes em estudos longitudinais prospetivos. Os autores verificaram que o efeito dos maus tratos na delinquência era menor que a averiguada em outros estudos com desenho metodológico diferente, mas era significativo (Braga, Gonçalves, Basto-Pereira, & Maia, 2017).

Os maus-tratos na infância estão relacionados com o comportamento criminoso violento e não violento (Cuadra et al., 2014; Malvaso, Delfabbro, Day, & Nobes, 2018), sendo que experiências adversas interpessoais aumentam a probabilidade do individuo se envolver em comportamentos violentos mais tarde na vida, contra si e/ou contra os outros (Fox et al., 2015). Crianças abusadas e/ou negligenciadas têm aproximadamente 59% de probabilidade de serem presas enquanto são jovens e 28% enquanto adultos, apresentando mais detenções do que crianças que não foram nem abusadas nem negligenciadas. Estas crianças têm uma probabilidade de 30% de virem a cometer crimes violentos mais tarde na vida, sendo mais suscetíveis de virem a ser presas por terem cometido crimes violentos (Windom & Maxfield, 2001). Estes estudos estão de acordo com o Ciclo de Violência, que afirma que crianças que sofreram ou observaram adversidade na infância têm uma maior predisposição de se envolver em comportamentos criminosos mais tarde na vida (Windom & Maxfield, 2001; Widom, 1989). Assim, segundo o ciclo de violência, agressores vitimizam outras pessoas por eles próprios terem sido vitimizados (Reckdenwald, Mancini, & Beauregard, 2013). O ciclo de violência aqui descrito é baseado

na teoria de aprendizagem social de Bandura que defende que crianças expostas ao abuso aprendem a violência como resposta adequada para atingir os seus objetivos (Bandura, Ross, & Ross, 1961). Para além deste modelo, que explica a relação entre experiências adversas na infância e crime, outros autores têm procurado explicitar os mecanismos pelos quais esta relação existe, porque eles ainda não são claros (Cuadra et al., 2014; Lee & Hoaken, 2007). Um possível mecanismo para explicar como os maus-tratos influenciam a agressão são as possíveis perturbações no desenvolvimento cognitivo. Durante a infância, existem vários processos cognitivos básicos em desenvolvimento, entre eles inibição de resposta comportamental e regulação de emoção. Estes vão influenciar processos mais complexos e abstratos que continuam a desenvolver-se durante a adolescência. Disfunção nos processos cognitivos mais básicos, pode levar a défices em processos cognitivos mais complexos (Lee & Hoaken, 2007). A exposição precoce a situações causadoras de stress pode ainda interferir com o desenvolvimento de regiões cerebrais com trajetórias de desenvolvimento prolongado, sendo que as regiões associadas ao funcionamento afetivo se têm mostrado mais resistentes em recuperar após a eliminação do agente stressor. Estas alterações podem levar a dificuldades a nível cognitivo e afetivo (Pechtel & Pizzagalli, 2011). Marusak, Martin, Etkin, & Thomason (2015) verificaram que em jovens com história de trauma na infância, a amígdala era mais reativa face a conflitos emocionais. Em paralelo, estes jovens demonstraram dificuldade em regular o conflito emocional e no controlo inibitório. Assim, a exposição precoce à adversidade altera a forma como a informação emocional é processada (Marusak et al., 2015), tendo sido encontradas associações entre exposição precoce à adversidade e défices na regulação emocional. Num estudo feito por Shields & Cicchetti (1998), crianças maltratadas apresentaram maiores dificuldades na regulação emocional do que os pares não maltratados, tendo menos probabilidade de utilizarem regulação emocional adaptativa.

A regulação emocional pode ser entendida como um “processo pelo qual os indivíduos influenciam as emoções que têm, quando as têm, como as experienciam e as expressam” (Gross, 1998, p.275). Gratz & Roemer (2004) conceptualizaram a regulação emocional como um processo que envolve ter consciência e compreender as emoções; aceitar as emoções; ter a capacidade de controlar comportamentos impulsivos e comportar-se de acordo com os objetivos já estabelecidos, mesmo perante emoções negativas; e ter a capacidade de usar estratégias de forma flexível para modelar respostas emocionais conforme objetivos pessoais ou exigências situacionais, sendo que a ausência total e/ou parcial de alguma destas dimensões indica dificuldade na regulação emocional.

Num estudo realizado com estudantes americanos do sexo masculino (Cohn, Jakupcak, Seibert, Hildebrandt, & Zeichner, 2010), foram encontradas associações entre restrições das emoções e

dificuldades no reconhecimento, compreensão e aceitação de estados emocionais. Esta dificuldade pode levar a comportamentos reativos e confrontativos, aumentando a propensão para usar a agressão (Cohn et al., 2010). Segundo Robertson, Daffern, & Bucks (2015), ofensores com histórico de agressão apresentam maiores dificuldades em lidar com as suas emoções, sendo que a dificuldade na regulação emocional é um importante preditor da agressão. Num estudo feito por Robertson, Daffern, & Bucks (2014), a regulação emocional previu 36% da variância no histórico de agressão de ofensores. Os ofensores violentos que cometeram violência nas relações íntimas apresentaram maiores dificuldades na regulação emocional, sendo que a violência dentro de uma relação íntima pode resultar de uma tentativa de regular emoções indesejadas associadas a experiências adversas na infância (Gardner, Moore, & Dettore, 2014).

Em suma, crianças que sofreram EAI podem apresentar dificuldade em reconhecer, expressar e compreender as suas emoções, sendo que estas mudanças podem levar a uma maior externalização de comportamentos violentos (Toth, Harris, Goodman, & Cicchetti, 2011 *cit in* Fox et al., 2015). A dificuldade na regulação emocional está ainda relacionada com o comportamento violento e com a agressão física (Garofalo & Velotti, 2017), sendo que a capacidade para controlar o comportamento e regular as emoções pode levar a que ofensores recorram menos à violência quando experienciam emoções negativas (Garofalo & Velotti, 2017; Robertson et al., 2015).

O comportamento criminoso é uma questão de saúde pública que tem inúmeras consequências quer sociais quer económicas (Kar, 2018). Tendo em conta que pessoas que experienciaram adversidade na infância apresentam maior probabilidade de se envolverem neste tipo de comportamento mais tarde na vida, torna-se vital compreender quais os mecanismos subjacentes a esta relação, para assim delinear programas de intervenção mais eficazes. Por esta razão, este estudo pretende compreender o papel da regulação emocional na relação entre experiências adversas na infância e o crime, esperando-se que exista uma associação entre experiências adversas na infância, dificuldades na regulação emocional e criminalidade violenta; e que o impacto das EAI na criminalidade seja mediado pela regulação emocional. Foram ainda formuladas como hipóteses adicionais que a nossa amostra difere da amostra da comunidade em termos das experiências adversas na infância; que a nossa amostra não apresenta diferenças quando comparada com outra amostra de ofensores em termos de experiências adversas na infância; que a nossa amostra seja diferente dos participantes do estudo de validação da escala original em relação à dificuldade na regulação emocional; que não haja diferença entre os ofensores da nossa amostra e outros ofensores em relação à dificuldade na regulação emocional.

Metodologia

O presente estudo faz parte de uma investigação mais alargada que se encontra a decorrer na Universidade do Minho intitulada: "*Early adverse experiences and criminality: the mediational role of executive functions and emotional regulation on the relation between trauma and criminality*", e utilizará os dados que incidem sobre a informação sociodemográfica, experiências adversas na infância, cometimento de crimes ao longo da vida e dificuldades na regulação emocional.

Participantes

Participaram 84 reclusos avaliados em Estabelecimentos Prisionais da Zona Norte de Portugal, tendo sido critério de inclusão ser do sexo masculino, ter mais de 18 anos e capacidade para compreender o português, sabendo ler e escrever. As características sociodemográficas estão descritas na Tabela 1.

Tabela 1

Descrição Sociodemográfica dos Participantes

	<i>n</i>	%	<i>M</i>	<i>DP</i>	Mínimo	Máximo
Idade			44.19	12.51	21	82
Habilitações literárias						
Nenhuma	3	3.6				
1º Ciclo	19	22.6				
2º Ciclo	30	35.7				
3º Ciclo	17	20.2				
Ensino secundário	9	10.7				
Ensino superior	2	2.4				
Sem informação	4	4.8				
Atividade ocupacional em meio livre						
Trabalhador	59	70.2				
Estudante	5	6				
Sem ocupação	20	23.8				
Nº de Penas privativas de liberdade			2.33	4.93	1	45
Tempo de prisão ^a			24.42	34.43	0	228

Nota. *N* = 84; ^a Há quanto tempo, em meses, estava a cumprir pena quando aceitou participar na investigação.

Instrumentos

Questionário de Avaliação Psicológica e Social (Pereira & Maia, 2014). Questionário de autorrelato composto por 12 módulos. Para este estudo foi recolhida informação relativa à idade, habilitações literárias, atividade ocupacional, número de penas privativas de liberdade e tempo de prisão.

ACE Study Questionnaire (Felitti, *et al.* 1998, versão Portuguesa de Silva & Maia 2008). Questionário de autorrelato para adultos, composto por 77 itens que permitem avaliar a ocorrência de experiências adversas na infância. O questionário é composto por questões dicotómicas, questões de resposta breve e uma escala de *Likert*, que vai do 0 (“nunca”) até 4 (“muitíssimo vezes”). Os itens são classificados em dez categorias, cinco itens referem eventos ocorridos contra o indivíduo: abuso emocional, abuso físico, abuso sexual, negligência física e emocional; e cinco adversidades vivenciadas no ambiente familiar: exposição à violência doméstica, abuso de substâncias em ambiente familiar, divórcio ou separação parental, prisão de um membro da família, doença mental ou suicídio. A partir do valor obtido em cada categoria, calcula-se a Adversidade Total. Este índice resulta do somatório do valor obtido em cada categoria, tendo-se atribuído o valor “0” se a experiência adversa não foi relatada e o valor “1” quando foi relatada. A adversidade pode variar entre zero a dez (Silva & Maia, 2008). Do ponto de vista psicométrico, considera-se um instrumento adequado pois, na população americana, verificou-se um coeficiente de *Kappa* de .56 a .72 para o abuso físico, abuso emocional e violência doméstica, e de .46 a .86 para abuso de substâncias no ambiente familiar, divórcio ou separação parental, prisão de um membro da família, doença mental ou suicídio, negligência física e negligência emocional (Dube, Williamson, Thompson, Felitti, & Anda, 2004). A versão Portuguesa do questionário possui uma boa fiabilidade teste re-teste (Pinto, Correia, & Maia, 2014). No presente estudo, o valor de alfa é de .92, o que sugere uma excelente consistência interna.

Difficulties in Emotion Regulation Scale (DERS; Gratz & Roemer, 2004, versão portuguesa de Coutinho, Ribeiro, Ferreirinha, & Dias, 2010). Escala de autorrelato que tem como objetivo avaliar a regulação emocional em seis domínios: não aceitação das emoções negativas; incapacidade de se envolver em comportamentos dirigidos por objetivos quando vivencia emoções negativas; controlo limitado sobre o comportamento impulsivo; dificuldade em aceder a estratégias de regulação emocional percebidas como eficazes; falta de consciência emocional e de clareza emocional. A escala é composta por 36 itens, divididos pelos diferentes domínios, avaliados numa escala *Likert* de 5 pontos (1 - quase nunca se aplica a mim a 5 - aplica-se quase sempre a mim). Para calcular a pontuação total do DERS foi feita a soma de todos os itens, sendo que quanto maior a pontuação, maior a dificuldade na regulação emocional. A escala revelou elevados níveis de consistência interna ($\alpha = .92$) e uma boa fidelidade teste-

reteste ($r = .82$) (Coutinho et al., 2010). No presente estudo, o valor de alfa da escala é de .90, o que sugere uma excelente consistência interna.

Questionário de autorrelato para medir a delinquência e crime (Basto-Pereira, Miranda, Ribeiro, & Maia, 2015). Questionário de autorrelato composto por 12 itens que têm como objetivo avaliar a presença de comportamentos criminosos ao longo da vida (D-CRIM-*Overlife*) e nos últimos 12 meses (D-CRIM-12M). É constituído por dois índices, o primeiro (de resposta dicotómica de Sim ou Não) avalia a presença ou não de comportamentos criminosos ao longo da vida e o segundo avalia a quantidade de vezes que esses comportamentos ocorreram nos últimos 12 meses. Os comportamentos avaliados são alusivos a furto, roubo, condução ilegal, violência na relação íntima, agressão, violação, tráfico de droga, porte de arma ilegal, homicídio, violência familiar, chantagem/ameaça e dano contra o património. Para o presente estudo só será alvo de análise o índice D-CRIM-*Overlife*. Foram ainda criadas duas variáveis dicotómicas: Comportamentos Violentos (roubo, agressão, homicídio, violência na relação íntima, violência familiar, violação e chantagem/ameaça) e Comportamentos Não Violentos (furto, condução ilegal, tráfico de droga, posse de arma ilegal e dano contra o património). Os comportamentos violentos foram enquadrados pela alínea j) e l) do artigo 1.º do Código do Processo Penal que caracteriza a criminalidade violenta e a criminalidade especialmente violenta (Decreto de Lei nº 78/87 de 17 de Fevereiro do Ministério da Justiça, 1987). Este questionário possui boas características psicométricas, nomeadamente uma boa validade concorrente/concomitante (Basto-Pereira et al., 2015). Neste estudo, o valor de alfa de .73, sugere uma consistência interna aceitável.

Procedimentos

Foram obtidas autorizações da Comissão de Ética da Universidade do Minho, e da Direção Geral de Reinserção e Serviços Profissionais. A recolha de dados foi agendada de acordo com a disponibilidade e autorização dos Estabelecimentos Prisionais de modo a não interferir com o normal funcionamento da instituição. Aos ofensores que aceitaram participar da investigação foram explicados os objetivos do estudo bem como as questões do anonimato, confidencialidade e voluntariedade de participação. Após esta breve explicação, cada participante assinou o consentimento informado. A aplicação das tarefas foi feita individualmente.

Análise de dados

O presente estudo é um estudo quantitativo correlacional, uma vez que utiliza uma metodologia quantitativa para verificar a associação de variáveis. Os dados deste estudo foram analisados com recurso ao programa estatístico *IBM SPSS*, versão 26. Para descrever as características sociodemográficas dos participantes, assim como os resultados obtidos nos diferentes instrumentos

recorreu-se a análises descritivas. Foram feitas análises da consistência interna das escalas. Para testar as hipóteses adicionais foram utilizados dois tipos de testes. O teste de Qui-quadrado foi utilizado para verificar se existiam diferenças entre a nossa amostra e duas amostras de comparação em termos de prevalência de experiências adversas na infância. Os testes *t* para uma amostra foram utilizados para verificar se existiam diferenças entre a nossa amostra e duas amostras de comparação em termos de dificuldades de regulação emocional.

Para verificar se os pressupostos para a utilização dos testes paramétricos estavam cumpridos foi feita uma análise exploratória de dados. Verificou-se que a maioria das variáveis não cumpria o pressuposto da normalidade da distribuição. Assim, para verificar a associação entre as variáveis foram utilizados o coeficiente de Correlação de *Spearman* e o Coeficiente de Correlação Ponto-Bisserial. Foi utilizada a regressão linear simples para verificar a existência de uma relação de predição entre as variáveis. Para testar o possível efeito mediador da dificuldade na regulação emocional na relação entre experiências adversas na infância e criminalidade foi utilizado o macro *Process*, versão 3.4. Para calcular o intervalo de confiança para efeitos indiretos foi utilizado o método *bootstrapping* com 5000 amostras. Para que o efeito da mediação seja considerado significativo, o intervalo de confiança do efeito indireto não pode conter zero (Field, 2018).

Resultados

Os participantes relataram uma média de experiências adversas na infância de 2.35 ($DP = 2.19$), variando entre 0 e 10 experiências. A adversidade mais relatada foi a exposição a abuso de substâncias em ambiente familiar (33.3%, $n = 28$), seguida de negligência física (29.8%, $n = 25$) e exposição à violência doméstica (29.8%, $n = 25$). A adversidade menos relatada foi a prisão de um membro da família (9.5%, $n = 8$).

Relativamente aos comportamentos criminosos (*D-CRIM-Overlife*), os participantes relataram uma média de 2.93 ($DP = 2.48$), variando entre 0 e 10 comportamentos. Do total de participantes, 50 (59.5%) relataram terem cometido pelo menos um crime violento e 65 (77.4%) referiram ter cometido pelo menos um crime não violento. O crime mais relatado pelos participantes foi a condução sem habilitação legal (50.0%, $n = 42$). O crime menos reportado foi a violação (1.2%, $n = 1$). Os resultados referentes à análise descritiva das experiências adversas na infância e comportamentos criminosos estão descritos na Tabela 2.

Tabela 2

Prevalência de Experiências Adversas e Comportamento Criminoso

ADVERSIDADE, CRIMINALIDADE E REGULAÇÃO EMOCIONAL

	<i>n</i>	%	<i>M</i>	<i>DP</i>	Mínimo	Máximo
ACE Total			2.35	2.19	0	10
Categorias do ACE						
Adversidades contra o indivíduo			1.24	1.30	0	5
Abuso emocional	16	19.0				
Abuso físico	20	23.8				
Abuso sexual	20	23.8				
Negligência física	25	29.8				
Negligência emocional	23	27.4				
Adversidade do ambiente familiar			1.11	1.22	0	5
Violência doméstica	25	29.8				
Abuso de substâncias	28	33.3				
Divórcio ou separação parental	14	16.7				
Prisão	8	9.5				
Doença mental ou suicídio	18	21.4				
D-CRIM-Overlife						
Total			2.93	2.48	0	10
Violento	50	59.5				
Roubo	9	10.7				
Agressão	30	35.7				
Homicídio	8	9.5				
Violência na relação íntima	17	20.2				
Violência familiar	20	23.8				
Violação	1	1.2				
Ameaça	14	16.7				
Não violento	65	77.4				
Furto	31	36.9				
Condução ilegal	42	50.0				
Tráfico de droga	25	29.8				
Posse de arma ilegal	28	33.3				
Dano contra o patrimônio	21	25.0				

ADVERSIDADE, CRIMINALIDADE E REGULAÇÃO EMOCIONAL

Nota. $N = 84$. ACE = *Adverse Childhood Experiences*; Violência doméstica = Exposição à violência doméstica; Abuso de substâncias = Abuso de substâncias em ambiente familiar; Prisão = Prisão de um membro da família; D-CRIM = Questionário de autorrelato para medir a delinquência e crime.

Para verificar se existiriam diferenças entre a nossa amostra e a amostra do *ACE Study* (Center for Disease Control and Prevention, 2019) em relação à prevalência das diferentes categorias foram feitos testes qui-quadrado. Os resultados estão apresentados na Tabela 3. Foram encontradas diferenças significativas entre as duas amostras em relação às categorias: (a) abuso emocional ($X^2 = 15.676$, $p < .05$); (b) negligência física ($X^2 = 31.943$, $p < .05$); (c) negligência emocional ($X^2 = 17.355$, $p < .05$); (d) violência doméstica ($X^2 = 27.525$, $p < .05$); (e) abuso de substâncias ($X^2 = 4.210$, $p < .05$); (f) prisão ($X^2 = 6.285$, $p < .05$); com a nossa amostra a apresentar uma maior prevalência nas categorias referidas.

Tabela 3

Testes Qui-quadrado: Diferenças nas Prevalências das Categorias do ACE em Comparação com Amostra da Comunidade

	Ofensores		ACE Study		X^2	p
	Sim	Não	Sim	Não		
Abuso emocional	.190 (9.6)	.810 (- 9.6)	.076	.924	15.676	< .001
Abuso físico	.238 (- 5.1)	.762 (5.1)	.299	.701	1.487	.223
Abuso sexual	.238 (6.6)	.762 (- 6.6)	.160	.840	3.812	.051
Negligência física	.298 (16)	.702 (-16)	.107	.893	31.943	< .001
Negligência emocional	.274 (12.6)	.726 (- 12.6)	.124	.876	17.355	< .001
Violência doméstica	.298 (15.3)	.702 (- 15.3)	.115	.885	27.525	< .001
Abuso de substâncias	.333 (8)	.667 (- 8)	.238	.762	4.210	.040
Divórcio ou separação parental	0.167	.833	.218	.782	1.298	.255

ADVERSIDADE, CRIMINALIDADE E REGULAÇÃO EMOCIONAL

	(- 4.3)	(4.3)				
Prisão	0.095	.905	.041	.959	6.285	.012
	(4.6)	(- 4.6)				
Doença mental ou suicídio	0.214	.786	.148	.852	2.927	.087
	(5.6)	(- 5.6)				

Nota. $N = 84$. ACE = *Adverse Childhood Experiences*; Violência doméstica = Exposição à violência doméstica; Abuso de substâncias = Abuso de substâncias em ambiente familiar; Prisão = Prisão de um membro da família.

$p < .05$.

Para verificar se existiriam diferenças entre a nossa amostra e uma amostra de jovens ofensores (Basto-Pereira et al., 2016) em relação à prevalência das diferentes categorias do ACE foram feitos testes qui-quadrado. Os resultados estão apresentados na Tabela 4. Foram encontradas diferenças significativas entre as duas amostras em relação às categorias: (a) abuso emocional ($X^2 = 4.041$, $p < .05$); (b) abuso sexual ($X^2 = 13.251$, $p < .05$); (c) negligência emocional ($X^2 = 8.880$, $p < .05$); (d) divórcio ou separação parental ($X^2 = 42.506$, $p < .05$); (e) prisão ($X^2 = 13.615$, $p < .05$); (f) doença mental ou suicídio ($X^2 = 11.873$, $p < .05$). Os nossos participantes relataram menos adversidade do que os ofensores do estudo de Basto-Pereira et al. (2016) nas categorias: abuso emocional, abuso sexual, negligência emocional, divórcio e prisão no agregado familiar.

Tabela 4

Testes Qui-quadrado: Diferenças nas Prevalências das Categorias do ACE em Comparação com Outros Ofensores

	Ofensores		Outros Ofensores		X^2	p
	<i>Sim</i>	<i>Não</i>	<i>Sim</i>	<i>Não</i>		
Abuso emocional	.190	.810	.290	.710	4.041	.044
	(- 8.4)	(8.4)				
Abuso físico	.238	.762	.319	.681	2.531	.112
	(- 6.8)	(6.8)				
Abuso sexual	.238	.762	.435	.565	13.251	< .001
	(- 16.5)	(16.5)				
Negligência física	.298	.702	.261	.739	.584	.445
	(3.1)	(- 3.1)				

ADVERSIDADE, CRIMINALIDADE E REGULAÇÃO EMOCIONAL

Negligência emocional	.274 (- 13.5)	.726 (13.5)	.435	0.565	8.880	.003
Violência doméstica	.298 (5.5)	.702 (- 5.5)	.232	.768	2.030	.154
Abuso de substâncias	.333 (- 7.3)	.667 (7.3)	.420	.580	2.590	.108
Divórcio ou separação parental	0.167 (- 29.8)	.833 (29.8)	.522	.478	42.506	< .001
Prisão	0.095 (- 15.1)	.905 (15.1)	.275	.725	13.615	< .001
Doença mental ou suicídio	0.214 (9.5)	.786 (- 9.5)	.101	.899	11.873	.001

Nota. $N = 84$. ACE = *Adverse Childhood Experiences*; Violência doméstica = Exposição à violência doméstica; Abuso de substâncias = Abuso de substâncias em ambiente familiar; Prisão = prisão de um membro da família.

$p < .05$.

Para verificar se as existem diferenças significativas entre os participantes do nosso estudo e os participantes do estudo de validação da DERS (Gratz & Roemer, 2004) em relação às dificuldades na regulação emocional foram realizados testes t para uma amostra (ver Tabela 5). O teste t para uma amostra mostrou que a média da dificuldade na regulação emocional da nossa amostra é diferente da média dos participantes do estudo de validação da escala original [$t(83) = - 2.025$, $p < .05$]. Foram encontradas diferenças significativas entre as duas amostras em relação às subescalas (a) não aceitação [$t(83) = 14.321$, $p < .05$]; (b) objetivos [$t(83) = - 4.762$, $p < .05$]; (c) consciência [$t(83) = - 7.906$, $p < .05$]; (d) clareza [$t(83) = - 4.917$, $p < .05$]; com a nossa amostra a ter uma pontuação inferior na escala total e subescalas, excetuando a subescala não aceitação. Nas outras subescalas não se observaram diferenças.

Tabela 5

Teste t para 1 amostra: Diferenças na Dificuldade na Regulação Emocional em Comparação com Amostra da Comunidade

Ofensores		Amostra DERS		$t(83)$	p	Cohen's d
M	SD	M	SD			

ADVERSIDADE, CRIMINALIDADE E REGULAÇÃO EMOCIONAL

DERS total	75.857	21.738	80.66	18.79	- 2.025	.046	-.221
Não Aceitação	14.321	6.551	11.55	4.20	3.877	< .001	.423
Objetivos	11.774	4.939	14.34	5.16	- 4.762	< .001	-.520
Impulso	12.131	6.271	11.55	4.59	.849	.398	.093
Consciência	12.488	4.373	16.26	4.61	- 7.906	< .001	-.863
Estratégias	16.238	6.794	16.23	6.26	.011	.991	.001
Clareza	8.905	3.421	10.74	3.67	- 4.917	< .001	-.536

Note. $N = 84$; Amostra DERS = Participantes do estudo de validação da escala original; DERS = Escala de dificuldade na regulação emocional; Não Aceitação = Não aceitação de respostas emocionais; Objetivos = Dificuldades de envolvimento em comportamento dirigido por objetivos; Impulso = Dificuldades de controle de impulso; Consciência = Falta de consciência emocional; Estratégias = Acesso limitado a estratégias de regulação emocional; Clareza = Falta de clareza emocional.

$p < .05$.

Foram utilizados os dados referentes às médias obtidas na escala DERS do estudo de Robertson et al., (2015) para verificar se existem diferenças significativas entre a nossa amostra e uma outra amostra de ofensores. O teste t para uma amostra, como se pode ver na Tabela 6, mostrou que a média da dificuldade na regulação emocional da nossa amostra é diferente da média dos ofensores maioritariamente australianos [$t(83) = - 6.233, p < .05$]. Foram encontradas diferenças significativas entre as duas amostras em relação às subescalas (a) objetivos [$t(83) = - 5.950, p < .05$]; (b) impulso (83) = - 3.390, $p < .05$]; (c) consciência [$t(83) = - 7.466, p < .05$]; (d) estratégias [$t(83) = - 4.023, p < .05$]; (e) clareza [$t(83) = - 6.417, p < .05$]; com a nossa amostra a ter uma pontuação inferior. Na subescala não aceitação não se observou diferença significativa.

Tabela 6

Teste t para 1 amostra: Diferenças na Dificuldades na Regulação Emocional em Comparação com Outros Ofensores

	Ofensores		Ofensores CCO		$t(83)$	p	Cohen's d
	M	SD	M	SD			
DERS total	75.857	21.738	90.64	25.78	- 6.233	< .001	-.680
Não Aceitação	14.321	6.551	14.64	5.74	-.446	.657	-.049
Objetivos	11.773	4.939	14.98	5.08	- 5.950	< .001	-.649
Impulso	12.131	6.271	14.45	6.57	- 3.390	.001	-.370

ADVERSIDADE, CRIMINALIDADE E REGULAÇÃO EMOCIONAL

Consciência	12.488	4.373	16.05	5.24	- 7.466	< .001	- 0.815
Estratégias	16.238	6.794	19.22	7.47	- 4.023	< .001	- 0.439
Clareza	8.905	3.421	11.30	3.98	- 6.417	< .001	- 0.700

Note. $N=84$; Ofensores CCO = Ofensores em liberdade condicional que deveriam comparecer no Centro de Correção Comunitária em Melbourne, Austrália; DERS = Escala de dificuldade na regulação emocional; Não Aceitação = Não aceitação de respostas emocionais; Objetivos = Dificuldades de envolvimento em comportamento dirigido por objetivos; Impulso = Dificuldades de controle de impulso; Consciência = Falta de consciência emocional; Estratégias = Acesso limitado a estratégias de regulação emocional; Clareza = Falta de clareza emocional.

$p < .05$.

Para verificar se as variáveis em estudo estão relacionadas entre si foram feitos testes de Coeficiente de Correlação de *Spearman* e Ponto – Bisserial. Os resultados referentes a estas análises estão apresentados na Tabela 7.

Os resultados mostraram uma correlação positiva significativa entre: (a) total de experiências adversas na infância, dificuldade na regulação emocional, comportamento criminoso total e comportamento criminoso violento; (b) adversidades contra o indivíduo, dificuldade na regulação emocional, comportamento criminoso total e comportamento criminoso violento; (c) adversidade do ambiente familiar, dificuldade na regulação emocional, comportamento criminoso total e comportamento criminoso violento; (d) dificuldade na regulação emocional e comportamento criminoso total.

Tabela 7

Coeficiente de Correlação de Spearman e Ponto-Bisserial

	ACE Total	AI	AA	DERS Total
DERS Total	.29**	.23*	.27*	-
D-CRIM- <i>Overlife</i>	.48**	.43**	.39**	.30**
Comportamento Criminoso Violento	.31**	.28**	.25*	.17
Comportamento Criminoso Não Violento	.15	.10	.17	.11

Nota. Ace = *Adverse Childhood Experiences*; DERS = Escala de Dificuldade na Regulação Emocional; AI = Adversidades contra o indivíduo; AA = Adversidade do ambiente familiar; D-CRIM-*Overlife* = Questionário de autorrelato para medir a delinquência e crime.

* $p < .05$. ** $p < .01$.

ADVERSIDADE, CRIMINALIDADE E REGULAÇÃO EMOCIONAL

Para verificar se existia uma relação de predição entre as variáveis procedeu-se à realização de regressões lineares simples. Como demonstrado na Tabela 8, o modelo de regressão, tendo como variável dependente o comportamento criminoso e como variável preditora o total de experiências adversas na infância, resultou num modelo estatisticamente significativo, com as experiências adversas na infância a predizerem 25.1% do comportamento criminoso [$F_{(1, 82)} = 27.535, p < .001; R^2 = .251$]. As adversidades cometidas contra o indivíduo explicam 20.4% da variância do comportamento criminoso [$F_{(1, 82)} = 21.068, p < .05; R^2 = .204$]. O modelo de regressão tendo como preditor as adversidades presentes no ambiente familiar, resultou num modelo estatisticamente significativo com a adversidade no ambiente familiar predizer 17.7% do comportamento criminoso [$F_{(1, 82)} = 17.584, p < .05; R^2 = .177$]. Já a dificuldade na regulação emocional explica 6% da variância do comportamento criminoso [$F_{(1, 82)} = 5.275, p < .05; R^2 = .060$].

Tabela 8

Regressões Lineares Simples tendo como Variável Dependente o Comportamento Criminoso

	β	SE	95% CI		p
			LL	UL	
Adversidade total na infância	.501	.108	.352	.781	< .001
Adversidades contra o indivíduo	.452	.188	.490	1.240	< .001
Adversidade do ambiente familiar	.420	.203	.448	1.256	< .001
Dificuldade na regulação emocional	.246	.012	.004	.052	.024

Note. $N = 84$; β = Coeficiente Padronizado; CI = intervalo de confiança; LL = limite inferior; UL = limite superior.

$p < .05$.

O modelo de regressão linear simples tendo como variável dependente a dificuldade na regulação emocional e como variável preditora as experiências adversas na infância, como se pode verificar na Tabela 9, foi estatisticamente significativo, com as experiências adversas na infância a predizerem 5% da dificuldade na regulação emocional [$F_{(1, 82)} = 4.220, p < .05; R^2 = .049$].

Tabela 9

Regressão Linear Simples tendo como Variável Dependente a Dificuldade na Regulação Emocional

	β	SE	95% CI	p
--	---------	----	--------	---

			<i>LL</i>	<i>UL</i>	
Adversidade total na infância	.221	1.068	.069	4.318	.043

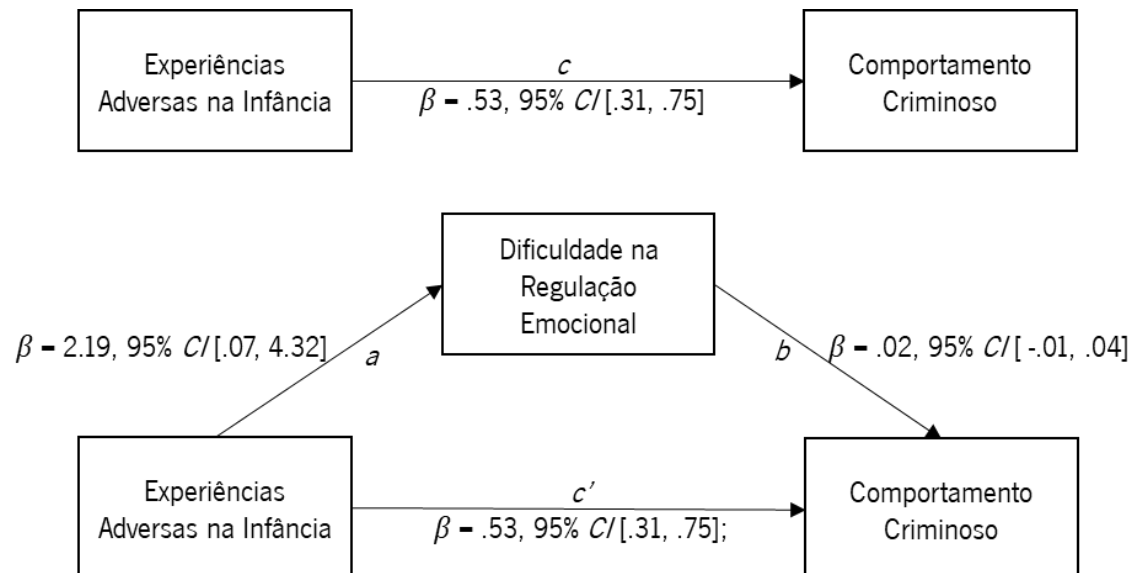
Note. $N = 84$; β = coeficiente padronizado; CI = intervalo de confiança; *LL* = limite inferior; *UL* = limite superior.

$p < .05$.

O único índice de comportamento criminal que se correlacionou com a dificuldade na regulação emocional foi o total de comportamento criminoso. Assim, só foi testado o modelo de mediação da dificuldade na regulação emocional como variável mediadora na relação entre as experiências adversas na infância e o total de comportamento criminoso. Para testar a hipótese de que a dificuldade na regulação emocional medeia a relação entre as experiências adversas na infância e o comportamento criminoso foi realizada uma análise de mediação com recurso ao *macro Process*, versão 3.4. A figura 1 apresenta os resultados desta análise. Para testar o efeito indireto foi utilizado a metodologia *bootstrap* com 5000 amostras. O efeito indireto não foi significativo, $\beta = .04$, $SE = .03$, $95\% CI = [-.01, .13]$. Os resultados não sustentaram a hipótese de mediação.

Figura 1

Modelo de Mediação da Dificuldade na Regulação Emocional como Variável Mediadora na Relação entre as Experiências Adversas na Infância e Comportamento Criminoso



Note. $N = 84$; β = coeficiente padronizado; CI = intervalo de confiança.

Discussão

Este estudo teve como objetivo compreender o papel da regulação emocional na idade adulta na relação entre experiências adversas na infância e crime, tentando verificar se a dificuldade na regulação emocional explicaria a relação entre adversidade na infância e crime.

Os participantes relataram cometer uma média de 2.93 comportamentos criminosos ao longo da vida. A prevalência dos crimes é bastante diversificada. Os participantes relataram cometer mais crimes não violentos do que crimes violentos, sendo que os crimes menos relatados foram roubo, agressão e violação. Só um participante relatou ter cometido violação. É de referir que 11.9% dos participantes reportaram não ter cometido qualquer crime, pelo que tiveram zero na escala total do DCRIM – *Overlife*. Estes resultados podem estar relacionados com questões de desejabilidade social inerentes à utilização de questionários de autorrelato, onde o participante nega a presença de comportamentos socialmente indesejáveis (Edwards, 1957). Isto pode levar a que os ofensores não relatem crimes que são mais reprováveis socialmente, como por exemplo o abuso sexual de menores. Ofensores que cometem crimes sexuais tendem a minimizar a extensão do seu comportamento, relatando cometer menos crimes sexuais, do que na realidade cometeram (Bourke et al., 2015; Scurich & John, 2019). Este resultado põe em causa a validade do D-CRIM enquanto instrumento de autorrelato, uma vez que sendo reclusos, seria esperado o relato de alguns crimes.

No que diz respeito às experiências adversas na infância verificou-se que as adversidades na infância mais relatadas foram abuso de substâncias em ambiente familiar, seguidas de negligência física, e exposição à violência doméstica. A experiência menos relatada foi a prisão de um membro do agregado familiar. Quando comparados com a amostra do *ACE Study* (Center for Disease Control and Prevention, 2019), a nossa amostra apresenta, tal como o esperado, prevalência mais elevada nas categorias abuso emocional, negligência física, negligência emocional, exposição à violência doméstica, abuso de substâncias em ambiente familiar e prisão de um membro da família, o que está de acordo com estudos anteriores onde foram encontradas maiores prevalências deste tipo de adversidade em grupos de ofensores, quando comparados a grupos de não-ofensores (Fox et al., 2015). Esta amostra não difere em termos de prevalência das categorias de adversidade na infância quando comparada com outra amostra de ofensores jovens (Basto-Pereira et al., 2016) nas categorias abuso físico, negligência física, exposição à violência doméstica em ambiente familiar e abuso de substâncias em ambiente familiar. Nas categorias abuso emocional, abuso sexual, negligência emocional, divórcio ou separação parental, prisão de um membro da família e doença mental ou suicídio no agregado familiar foram encontradas diferenças significativas, com os nossos participantes a relatar uma menor prevalência, exceto na

categoria doença mental ou suicídio na família. Nesta categoria, a nossa amostra teve uma maior prevalência. O estudo de 2016 de onde foram retirados dados para comparação sobre a adversidade tinha como participantes jovens ofensores com idades compreendidas entre 18 e os 26 anos (Basto-Pereira et al., 2016), enquanto os nossos participantes têm idades compreendidas entre os 21 e os 82 anos de idade. Como a adversidade na infância foi avaliada com recurso a instrumentos de autorrelato retrospectivos, a adversidade relatada pode não corresponder totalmente à que foi vivenciada, sendo que os relatos de adversidade podem variar ao longo do tempo (Hardt & Rutter, 2004). Ou seja, como passou mais tempo para os nossos participantes desde que experienciaram a adversidade, o relato desta pode apresentar maior viés. É de referir ainda que certas categorias de adversidade são mais prevalentes na atualidade do que o eram há alguns anos. Um exemplo é o divórcio, que em 1990 apresentava uma taxa a rondar os 0.9%, e em 2018, a taxa era de 2% (INE, 2019).

Quando comparados com os participantes do estudo de validação da escala original de regulação emocional - DERS (Gratz & Roemer, 2004), os nossos participantes relataram (a) menos dificuldades na regulação emocional; (b) menos dificuldades em se envolver em comportamentos dirigidos por objetivos; (c) menor consciência emocional; (d) menor clareza emocional; (e) mais dificuldades na aceitação das emoções; não se distinguindo em relação a outro grupo de ofensores em termos de não aceitação das emoções. Nas restantes subescalas e escala total os ofensores deste estudo, quando comparados a outra amostra de ofensores, relatam (a) menos dificuldades na regulação emocional; (b) menos dificuldades em se envolver em comportamentos dirigidos por objetivos; (c) menos dificuldades em controlar impulsos; (d) mais consciência emocional; (e) mais acesso a estratégias de regulação emocional; (f) mais clareza emocional. Estes resultados podem estar relacionados com o facto de os nossos participantes serem mais velhos do que os participantes dos estudos utilizados para comparação, quer na amostra comunitária (Gratz & Roemer, 2004), quer na forense (Robertson et al., 2015). Na literatura, a relação entre idade e regulação emocional está bem documentada (Gurera & Isaacowitz, 2019; Orgeta, 2009; Urry & Gross, 2010). Adultos mais velhos relatam menos dificuldades na regulação emocional, menos dificuldades de controlar impulsos e uma melhor compreensão das emoções (Orgeta, 2009). Um outro aspeto que pode ter interferido com os resultados obtidos é que, apesar do DERS ser considerado um instrumento adequado do ponto de vista psicométrico, a tradução da escala de inglês para português pode ter comprometido a compreensão dos itens e os resultados obtidos, pois haviam expressões onde, por falta de tradução direta, foram utilizados sinónimos (Veloso, Gouveia, & Dinis, 2011). Para além disso, um fator que pode ter afetado o resultado obtido no DERS é o nível de

escolaridade dos nossos participantes, que aliado ao facto da escala ser subjetiva, pode ter levado a uma interpretação adulterada dos itens e do seu significado.

As experiências adversas na infância encontram-se associadas positivamente à criminalidade, sendo que as correlações mais fortes foram encontradas entre o total da adversidade na infância e o total de criminalidade relatada; e as experiências adversas cometidas contra o indivíduo e o total de criminalidade. Também foram encontradas associações entre o total de adversidade na infância, a adversidade cometida contra o indivíduo; e adversidade presente no ambiente familiar, e o comportamento violento. Estes resultados indicam uma relação entre os índices de adversidade, criminalidade e criminalidade violenta. Estes resultados estão de acordo com estudos anteriores que demonstraram os efeitos prejudiciais que os maus tratos têm sobre as vítimas, aumentando a probabilidade de estas, futuramente, se tornarem ofensores, confirmando o “ciclo de violência” (Malvaso et al., 2018; Reckdenwald et al., 2013). O “ciclo de violência” afirma que crianças abusadas e/ou negligenciadas têm uma maior probabilidade de se virem a envolver em comportamentos criminosos e violentos (Widom, 1989, 2017; Widom & Ames, 1994). Adicionalmente, segundo a Teoria de Aprendizagem Social, estas crianças aprendem estes comportamentos como aceitáveis para responder ao stress e resolver conflitos (Bandura et al., 1961), havendo explicações que incluem o papel dos cuidados inadequados sobre a desregulação emocional. A dificuldade na regulação emocional encontra-se associada positivamente aos diferentes índices de adversidade, ou seja, à medida que aumentam as adversidades na infância, a dificuldade na regulação emocional tende a aumentar. Estes resultados estão de acordo com a literatura, que afirma que a adversidade, quando precoce, pode afetar o desenvolvimento da regulação emocional (Espeleta et al., 2019; Marusak et al., 2015; Pechtel & Pizzagalli, 2011). Assim, indivíduos que sofreram adversidades na infância têm um maior risco de virem a desenvolver dificuldades na regulação emocional quando comparados a indivíduos que não sofreram EAI (Gratz, Bornovalova, Delany-brumsey, Nick, & Lejuez, 2007), uma vez que a exposição precoce à adversidade altera circuitos neurais que estão envolvidos na regulação emocional (Marusak et al., 2015). A dificuldade na regulação emocional encontra-se ainda associada ao comportamento criminoso. Porém, a dificuldade na regulação emocional não se relacionou com o comportamento violento. Este resultado não era esperado, uma vez que, na literatura, a dificuldade na regulação emocional encontra-se bastante associada a comportamentos violentos e agressão física (Garofalo & Velotti, 2017; Robertson et al., 2014). Este resultado pode advir do facto dos participantes relatarem menos dificuldade na regulação emocional e uma maior prevalência de crimes não violentos.

Na literatura, existem estudos que: (a) verificaram que a dificuldade na regulação emocional é uma variável mediadora entre experiências adversas e experienciar e expressão de raiva (Gardner et al., 2014); (b) a dificuldade na regulação emocional medeia a relação entre os maus-tratos e a agressão (Shields & Cicchetti, 1998). Os dados deste estudo, porém não suportaram a hipótese de que a dificuldade na regulação emocional era uma variável mediadora na relação entre as experiências adversas na infância e comportamento criminoso, dado que: (a) o efeito da dificuldade da regulação emocional no total de comportamento criminoso, tendo em conta o efeito da adversidade na dificuldade na regulação emocional não foi significativo; (b) o efeito indireto não foi significativo. Este resultado, mais uma vez, pode ser reflexo da interferência que o nível de escolaridade e a idade dos participantes tem na pontuação obtida no DERS e no ACE.

Em suma, apesar da dificuldade na regulação emocional estar relacionada com a adversidade na infância e com o crime, a dificuldade na regulação emocional não teve um efeito mediador na relação entre experiências adversas na infância e crime.

Este estudo apresenta algumas limitações metodológicas. Primeiramente, é um estudo retrospectivo, o que pode levar a uma subnotificação ou sobre notificação de experiências adversas. Para além disso, utiliza também uma escala de autorrelato para avaliar o cometimento de crime ao longo da vida. Isto pode levar a que alguns crimes, devido à desejabilidade social, não sejam referidos (como o caso da violação ou crimes sexuais genericamente). Também é importante referir que o instrumento utilizado não avalia a presença de todas as categorias de crimes, como por exemplo, burla, abuso de confiança, fraude fiscal, entre outros. Assim, futuramente seria importante realizar um estudo que fizesse um cruzamento entre os dados oficiais e os dados recolhidos pelos instrumentos de autorrelato. Uma outra limitação deste estudo refere-se ao facto de a amostra apenas incluir reclusos do sexo masculino. Seria interessante, em estudos futuros, incluir reclusas e indivíduos da comunidade sem comportamentos criminais. Também seria importante estudar a dificuldade na regulação emocional em amostras mais velhas, para verificar o impacto que a idade tem na dificuldade na regulação emocional na população Portuguesa. Para além disso, deveriam ser incluídas variáveis associadas à regulação emocional, tal como a psicopatia e a agressividade, no estudo da relação entre adversidade na infância e criminalidade.

Este estudo, apesar das suas limitações, tem contribuições relevantes, nomeadamente a necessidade de delinear programas de intervenção junto a indivíduos que sofreram alguma experiência adversa na infância o mais precocemente possível, devido: (a) ao impacto que a adversidade precoce tem no desenvolvimento de regiões cerebrais que são resistentes à recuperação; (b) à relação existente entre adversidade, criminalidade e criminalidade violenta.

Referências

- Baglivio, M. T., & Epps, N. (2015). The Interrelatedness of Adverse Childhood Experiences Among High-Risk Juvenile Offenders. *Youth Violence and Juvenile Justice*, 14(3), 179–198. <https://doi.org/10.1177/1541204014566286>
- Bandura, A., Ross, D., & Ross, S. A. (1961). Transmission of aggression through imitation of aggressive models. *Journal of Abnormal and Social Psychology*, 63(3), 575–582.
- Basto-Pereira, M., Miranda, A., Ribeiro, S., & Maia, Â. (2015). The Psychometric Properties of a Questionnaire for Measuring Delinquency and Crime (D-CRIM). *Avances En Psicología Clínica*, 856–867.
- Basto-Pereira, M., Miranda, A., Ribeiro, S., & Maia, Â. (2016). Growing up with adversity: From juvenile justice involvement to criminal persistence and psychosocial problems in young adulthood. *Child Abuse and Neglect*, 62, 63–75. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2016.10.011>
- Boullier, M., & Blair, M. (2018). Adverse childhood experiences. *Paediatrics and Child Health*, 28(3), 132–137. <https://doi.org/10.1016/j.paed.2017.12.008>
- Bourke, M. L., Fragomeli, L., Detar, P. J., Sullivan, M. A., Meyle, E., & O’Riordan, M. (2015). The use of tactical polygraph with sex offenders. *Journal of Sexual Aggression*, 21(3), 354–367. <https://doi.org/10.1080/13552600.2014.886729>
- Braga, T., Gonçalves, L. C., Basto-Pereira, M., & Maia, Â. (2017). Unraveling the link between maltreatment and juvenile antisocial behavior: A meta-analysis of prospective longitudinal studies. *Aggression and Violent Behavior*, 33, 37–50. <https://doi.org/10.1016/j.avb.2017.01.006>
- Centers for Disease Control and Prevention. *Injury prevention and control: Adverse childhood experiences (ACE) study*. (2019). <https://www.cdc.gov/violenceprevention/childabuseandneglect/acestudy/about.html>
- Cohn, A. M., Jakupcak, M., Seibert, L. A., Hildebrandt, T. B., & Zeichner, A. (2010). The Role of Emotion Dysregulation in the Association Between Men’s Restrictive Emotionality and Use of Physical Aggression. *Psychology of Men and Masculinity*, 11(1), 53–64. <https://doi.org/10.1037/a0018090>
- Coutinho, J., Ribeiro, E., Ferreirinha, R., & Dias, P. (2010). Versão portuguesa da Escala de Dificuldades de Regulação Emocional e sua relação com sintomas psicopatológicos. *Rev Psiq Clin.*, 37(4), 145–151.
- Craig, J. M., Piquero, A. R., Farrington, D. P., & Ttofi, M. M. (2017). A little early risk goes a long bad way: Adverse childhood experiences and life-course offending in the Cambridge study. *Journal of*

- Criminal Justice*, 53(September), 34–45. <https://doi.org/10.1016/j.jcrimjus.2017.09.005>
- Cuadra, L. E., Jaffe, A. E., Thomas, R., & DiLillo, D. (2014). Child maltreatment and adult criminal behavior: Does criminal thinking explain the association? *Child Abuse and Neglect*, 38(8), 1399–1408. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2014.02.005>
- Decreto de Lei nº 78/87 de 17 de Fevereiro do Ministério da Justiça.* , Pub. L. No. Diário da República n.º 40/1987-I Série (1987).
- Dong, M., Anda, R. F., Felitti, V. J., Dube, S. R., Williamson, D. F., Thompson, T. J., ... Giles, W. H. (2004). The interrelatedness of multiple forms of childhood abuse, neglect, and household dysfunction. *Child Abuse and Neglect*, 28(7), 771–784. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2004.01.008>
- Dube, S. R., Williamson, D. F., Thompson, T., Felitti, V. J., & Anda, R. F. (2004). Assessing the reliability of retrospective reports of adverse childhood experiences among adult HMO members attending a primary care clinic. *Child Abuse and Neglect*, 28(7), 729–737. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2003.08.009>
- Edwards, A. L. (1957). The social desirability variable in personality assessment and research. In *The social desirability variable in personality assessment and research*. Ft Worth, TX, US: Dryden Press.
- Espeleta, H. C., Sharkey, C. M., Bakula, D. M., Gamwell, K. L., Archer, C., Perez, M. N., ... Mullins, L. L. (2019). Adverse Childhood Experiences and Chronic Medical Conditions : Emotion Dysregulation as a Mediator of Adjustment. *Journal of Clinical Psychology in Medical Settings*. <https://doi.org/10.1007/s10880-019-09639-x>
- Felitti, V. J., Anda, R. F., Nordenberg, D., Williamson, D. F., Spitz, A. M., Edwards, V., ... Marks, J. S. (1998). Relationship of Childhood Abuse and Household Dysfunction to Many of the Leading Causes of Death in Adults: The Adverse Childhood Experiences (ACE) Study. *American Journal of Preventive Medicine*, 14(4), 45–258. [https://doi.org/10.1016/S0749-3797\(98\)00017-8](https://doi.org/10.1016/S0749-3797(98)00017-8)
- Field, A. (2018). *Discovering Statistics Using IBM SPSS Statistics* (J. Seaman, Ed.). New Delhi: SAGE Publications Inc.
- Fox, B. H., Perez, N., Cass, E., Baglivio, M. T., & Epps, N. (2015). Trauma changes everything: Examining the relationship between adverse childhood experiences and serious, violent and chronic juvenile offenders. *Child Abuse and Neglect*, 46, 163–173. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2015.01.011>
- Gardner, F. L., Moore, Z. E., & Dettore, M. (2014). The Relationship Between Anger, Childhood Maltreatment, and Emotion Regulation Difficulties in Intimate Partner and Non- Intimate Partner Violent Offenders. *Behavior Modification*, 1–22. <https://doi.org/10.1177/0145445514539346>

- Garofalo, C., & Velotti, P. (2017). Negative emotionality and aggression in violent offenders : The moderating role of emotion dysregulation. *Journal of Criminal Justice*, 51(April), 9–16. <https://doi.org/10.1016/j.jcrimjus.2017.05.015>
- Gratz, K. L., Bornova, M. A., Delany-brumsey, A., Nick, B., & Lejuez, C. W. (2007). A Laboratory-Based Study of the Relationship Between Childhood Abuse and Experiential Avoidance Among Inner-City Substance Users : The Role of Emotional Nonacceptance. *Behavior Therapy*, 38, 256–268.
- Gratz, K. L., & Roemer, L. (2004). Multidimensional Assessment of Emotion Regulation and Dysregulation: Development, Factor Structure, and Initial Validation of the Difficulties in Emotion Regulation Scale. *Journal of Psychopathology and Behavioral Assessment*, 26(1), 41–54. <https://doi.org/10.1023/B:JOBA.0000007455.08539.94>
- Gross, J. J. (1998). The Emerging Field of Emotion Regulation: An Integrative Review. *Review of General Psychology*, 2(3), 271–299.
- Gurera, J. W., & Isaacowitz, D. M. (2019). Emotion regulation and emotion perception in aging: A perspective on age-related differences and similarities. In *Progress in Brain Research* (1st ed., Vol. 247, pp. 329–351). <https://doi.org/10.1016/bs.pbr.2019.02.007>
- Hardt, J., & Rutter, M. (2004). Validity of adult retrospective reports of adverse childhood experiences : review of the evidence. *Journal Of Child Psychology and Psychiatry*, 45(2), 260–273.
- Instituto Nacional de Estatística. (2019). https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0001292&contexto=bd&selTab=tab2
- Kar, H. L. (2018). Acknowledging the victim to perpetrator trajectory: Integrating a mental health focused trauma-based approach into global violence programs. *Aggression and Violent Behavior*. <https://doi.org/10.1016/j.avb.2018.10.004>
- Kessler, R. C., McLaughlin, K. A., Green, J. G., Gruber, M. J., Sampson, N. A., Zaslavsky, A. M., ... Williams, D. R. (2010). Childhood adversities and adult psychopathology in the WHO world mental health surveys. *British Journal of Psychiatry*, 197(5), 378–385. <https://doi.org/10.1192/bjp.bp.110.080499>
- Lee, V., & Hoaken, P. N. S. (2007). Cognition, Emotion, and Neurobiological Development: Mediating the Relation Between Maltreatment and Aggression. *Child Maltreatment*, 12(3), 281–298. <https://doi.org/10.1177/1077559507303778>
- Malvaso, C. G., Delfabbro, P. H., Day, A., & Nobes, G. (2018). The maltreatment-violence link : Exploring the role of maltreatment experiences and other individual and social risk factors among young

- people who offend. *Journal of Criminal Justice*, 55(February), 35–45.
<https://doi.org/10.1016/j.jcrimjus.2018.01.006>
- Marusak, H. A., Martin, K. R., Etkin, A., & Thomason, M. E. (2015). Childhood Trauma Exposure Disrupts the Automatic Regulation of Emotional Processing. *Neuropsychopharmacology*, 40(5), 1250–1258.
<https://doi.org/10.1038/npp.2014.311>
- Orgeta, V. (2009). Specificity of age differences in emotion regulation. *Aging and Mental Health*, 13(6), 818–826. <https://doi.org/10.1080/13607860902989661>
- Pechtel, P., & Pizzagalli, D. A. (2011). Effects of Early Life Stress on Cognitive and Affective Function. *Psychopharmacology*, 214(1), 55–70. <https://doi.org/10.1007/s00213-010-2009-2>.
- Pinto, R., Correia, L., & Maia, Â. (2014). Assessing the Reliability of Retrospective Reports of Adverse Childhood Experiences among Adolescents with Documented Childhood Maltreatment. *Journal of Family Violence*, 29(4), 431–438. <https://doi.org/10.1007/s10896-014-9602-9>
- Reckdenwald, A., Mancini, C., & Beauregard, E. (2013). The cycle of violence: Examining the impact of maltreatment early in life on adult offending. *Violence and Victims*, 28(3), 466–482.
<https://doi.org/10.1891/0886-6708.VV-D-12-00054>
- Roberton, T., Daffern, M., & Bucks, R. S. (2014). Maladaptive emotion regulation and aggression in adult offenders. *Psychology, Crime and Law*, 20(10), 933–954.
<https://doi.org/10.1080/1068316X.2014.893333>
- Roberton, T., Daffern, M., & Bucks, R. S. (2015). Beyond anger control: Difficulty attending to emotions also predicts aggression in offenders. *Psychology of Violence*, 5(1), 74–83.
<https://doi.org/10.1037/a0037214>
- Scurich, N., & John, R. S. (2019). The dark figure of sexual recidivism. *Behavioral Sciences and the Law*, 37(2), 158–175. <https://doi.org/10.1002/bsl.2400>
- Shields, A., & Cicchetti, D. (1998). Reactive Aggression Among Maltreated Children: The Contributions of Attention and Emotion Dysregulation. *Journal of Clinical Child Psychology*, 27(4), 381–395.
<https://doi.org/10.1207/s15374424jccp2704>
- Silva, S., & Maia, Â. (2008). Versão Portuguesa do Family ACE Questionnaire (Questionário da História de Adversidade na Infância). In *Actas da XIII Conferência Internacional de Avaliação Psicológica: Formas e Contextos*. Braga: Psiquilibrios Edições. Retrieved from [http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/11323/1/Versao Portuguesa do Family Ace Questionnaire %28Susana Silva %26 Angela Maia%29.pdf](http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/11323/1/Versao%20Portuguesa%20do%20Family%20Ace%20Questionnaire%20Susana%20Silva%20Angela%20Maia.pdf)
- Sistema de Segurança Interna [SSI]. (2018). *Relatório Anual de Segurança Interna*. Gabinete do

- Secretário-Geral. from [http://www.ansr.pt/InstrumentosDeGestao/Documents/Relatório Anual de Segurança Interna \(RASI\)/RASI 2016.pdf](http://www.ansr.pt/InstrumentosDeGestao/Documents/Relatório Anual de Segurança Interna (RASI)/RASI 2016.pdf)
- Urry, H. L., & Gross, J. J. (2010). Emotion regulation in older age. *Current Directions in Psychological Science*, 19(6), 352–357. <https://doi.org/10.1177/0963721410388395>
- Veloso, M., Gouveia, J. P., & Dinis, A. (2011). Estudos de validação com a versão portuguesa da Escala de Dificuldades na Regulação Emocional (EDRE). *Psychologica*, (54), 87–110.
- Widom, C. S. (1989). The Cycle of Violence. *Science*, 244, 160–166.
- Widom, C. S. (2017). Long-Term Impact of Childhood Abuse and Neglect on Crime and Violence. *Clinical Psychology: Science and Practice*, 24(2), 186–202. <https://doi.org/10.1111/cpsp.12194>
- Widom, C. S., & Ames, M. A. (1994). Criminal consequences of childhood sexual victimization. *Child Abuse and Neglect*, 18(4), 303–318. [https://doi.org/10.1016/0145-2134\(94\)90033-7](https://doi.org/10.1016/0145-2134(94)90033-7)
- Widom, C. S., & Maxfield, M. G. (2001). An Update on the Cycle of Violence. Retrieved from <https://www.ncjrs.gov/pdffiles1/nij/184894.pdf>
- Zhang, J., & Zheng, Y. (2018). Childhood maltreatment profiles among incarcerated Chinese males and their associations with personality disorder symptoms and criminal behaviors. *Psychiatry Research*, 268(June), 272–278. <https://doi.org/10.1016/j.psychres.2018.06.063>

Anexo

Parecer do Conselho de Ética da Universidade do Minho



Universidade do Minho
Conselho de Ética

Conselho de Ética - Ciências Sociais e Humanas

Identificação do documento: SECSH 041/2018

Título do projeto: *Early adverse experiences and criminality: the mediational role of executive functions and emotional regulation on the relation between trauma and criminality*

Investigador(a) Responsável: Ana Rita Pereira da Cruz, Centro de Investigação em Psicologia, Universidade do Minho

Outros Investigadores: Professora Doutora Ângela Maia, Escola de Psicologia, Universidade do Minho; Alexandra de Matos, aluna do 4º ano do Mestrado Integrado em Psicologia, Escola de Psicologia, Universidade do Minho

PARECER

O Conselho de Ética analisou o processo relativo ao projeto de investigação acima identificado, intitulado *Early adverse experiences and criminality: the mediational role of executive functions and emotional regulation on the relation between trauma and criminality*.

Os documentos apresentados revelam que o projeto obedece aos requisitos exigidos para as boas práticas na investigação com humanos, em conformidade com as normas nacionais e internacionais que regulam a investigação em Ciências Sociais e Humanas.

Face ao exposto, o Conselho de Ética nada tem a opor à realização do projeto, emitindo o seu parecer favorável.

Braga, 26 de setembro de 2018.

A Presidente

Assinado por: **GRACIETTE TAVARES DIAS**
Num. de Identificação Civil: BI071230157
Data: 2018.10.02 15:16:30 GMT Daylight Time



Anexo: Formulário de identificação e caracterização do projeto